

OLIVEIRA, Marcelo de. Estado recusa proposta da Prefeitura para o Ecológico: Governo estadual rejeita parceria na administração da área e vai buscar recursos com empresas. Correio Popular, Campinas, 14 maio. 2003.

Estado recusa proposta da Prefeitura para o Ecológico

Governo estadual rejeita parceria na administração da área e vai buscar recursos com empresas

MARCELO DE OLIVEIRA
Da Agência Anhangüera
marcelof@rac.com.br

As negociações envolvendo a Prefeitura de Campinas e o governo do Estado de São Paulo para uma administração conjunta do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim retornaram à estaca zero. Um fax enviado ontem à Administração pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente descarta uma administração tripartite, com a presença da iniciativa privada, e propõe que os custos, em torno de R\$ 1,2 milhão, que deveriam ser repartidos, fiquem sob a responsabilidade da Prefeitura. O governador Geraldo Alckmin (PSDB), que esteve em Campinas ontem na inauguração do novo complexo do Grupo Bandeirantes (*leia texto na página 4*), não quis entrar em detalhes em relação à nova proposta.

As negociações entre Município e Estado caminhavam bem desde o dia 24 de março, quando a Administração Municipal enviou sua proposta de gestão do local, maior parque de área verde do Estado. O secretário estadual do Meio Ambiente, José Goldemberg, se comprometeu a avaliar a proposta no prazo de um mês. No entanto, apenas ontem ele enviou um fax com a decisão do Estado.

Prefeita afirma que ainda pretende negociar gestão conjunta

"O governo não manteve a minuta inicial, na qual ele mesmo propôs a gestão tripartite", disse a prefeita Izalene Tiene



O governador Geraldo Alckmin (PSDB) e a prefeita Izalene Tiene (PT), ontem, em Campinas

(PT) ontem à noite. "Eles propõem que o Estado entre só com a gestão e tudo o mais fique por conta do Município", afirmou Izalene. A prefeita garantiu que já solicitou uma audiência com o governador para retomar as negociações e fazer uma comparação das duas propostas.

Ela lembrou que, na parte administrativa, a proposta da Prefeitura é pela criação de um Conselho Gestor formado por dois representantes da Prefeitura, dois do Estado e dois da sociedade civil. A coordenação no primeiro ano deve

convenio será da Prefeitura e, no segundo, do governo estadual.

A proposta deixa claras também as atribuições de cada esfera de governo para a recuperação do parque. Ao Município, cabe reconstruir toda a rede elétrica, manter as áreas verdes do Ecológico e contratar um profissional para planejar e executar projetos de educação ambiental. O custo anual será de R\$ 770 mil.

Já a responsabilidade do governo do Estado, de acordo com a minuta da Prefeitura, seria garantir a implementação do projeto paisagístico de Roberto Burle Marx, recuperar o patrimônio arquitetônico tombado, manter a vigilância do parque e também con-

tratar um profissional para educação ambiental. O gasto anual estimado será de R\$ 522,2 mil, sem contar os recursos a serem aplicados nas duas primeiras atribuições.

INICIATIVA PRIVADA

Alckmin não quis entrar em polêmica ontem. "Não queremos transformar questão administrativa em vaivém", disse. No entanto, garantiu que uma das proposta do Estado é buscar os recursos necessários junto à iniciativa privada, em especial junto às empresas que possuem algum tipo de passivo ambiental. "Já temos uma lista dessas empresas e vamos buscar investimentos", afirmou.